

DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL: DIÁLOGOS EMERGENTES EM EDUCAÇÃO, UMA LEITURA SOBRE DIVERSIDADE E ESCRAVIDÃO NO LITORAL CATARINENSE

Francisco Alfredo Braun Neto¹
Diogo Pereira Ferraz²
Katrine Flor Assunção³
Vitor Matheus Berardi Chiniski⁴

RESUMO: O presente artigo problematiza as ações de investigação do projeto Diversidade Étnico-Racial: Diálogos Emergentes em Educação no decorrer do ano de 2015. Problematizando questões como escravidão e população em Itajaí na segunda metade do século XIX, as relações e tensões existentes na cidade, a constituição populacional da cidade e a ideia de diversidade nesse contexto. Analisamos também anúncios de escravos nos jornais de Desterro entre 1849-1880, investigando anúncios relacionados ao trabalho escravo feminino, cruzando com memórias femininas contemporâneas acerca do trabalho doméstico.

PALAVRAS CHAVE: Diversidade. Escravidão. Memória. Itajaí. Desterro.

ABSTRACT: This article discusses the project of research actions Ethnic and Racial Diversity: Emerging Dialogues in Education during the year 2015. Discussing issues such as slavery and population in Itajaí in the second half of the nineteenth century, the relations and tensions in the city, population constitution of the city and the idea of diversity in this context. We also look slaves ads in Exile newspapers between 1849-1880, investigating announcement related to the female slave labor, crossing with contemporary women's memories about the housework.

KEY WORD: Diversity. Slavery. Memory. Itajaí. Desterro.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira nas últimas décadas, campo político, econômico e cultura, atravessa um momento crucial nos debates entorno dos processos de inclusão social. A organização da sociedade civil, através de movimentos sociais,

¹ Mestre em História, professor dos cursos de História e Relações Internacionais da Univali e professor responsável pelo projeto Diversidade Étnico-Racial: Diálogos Emergentes em Educação.

² Acadêmico do 6º período do curso de História e bolsista do projeto Diversidade Étnico-Racial: Diálogos Emergentes em Educação.

³ Acadêmica do 2º período do curso de História e bolsista do projeto Diversidade Étnico-Racial: Diálogos Emergentes em Educação.

⁴ Acadêmico do 2º período do curso de História e bolsista do projeto Diversidade Étnico-Racial: Diálogos Emergentes em Educação.

vem consolidando conquistas como a lei 10.639/2003 pontuando as lutas das populações afrodescendentes e indígenas no Brasil, segundo Uehara (2008).

Esses são elementos de políticas desenvolvidas para atenuar as desigualdades sociais, econômicas, culturais, de gênero e etnia no Brasil. A ideia de diversidade étnico racial no Brasil conquistou espaço nas políticas públicas, no meio acadêmico, constituindo-se num elemento de constituição da identidade nacional, conforme Schawcz (2010).

Neste sentido é desejável o trabalho conjunto com os professores do ensino fundamental da Rede Municipal de Itajaí na aplicação curricular das temáticas História da África e História da cultura afro-brasileira, das questões relativas a diversidade étnico racial e da sua problematização na sala de aula.

As leis, 10.639/03 e 11.645/08 tornaram obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana e a história e cultura indígena e a Lei nº 12.711/12, criou a lei de cotas para afrodescendentes no ensino superior. Essas ações fizeram emergir o debate acerca das ações afirmativas, muitas vezes encobertas pelo mito da “democracia racial” como é percebido em Freyre (1966) invisibilizando as práticas de preconceito e racismo no Brasil.

Africanos foram utilizados como mão de obra escrava no Nordeste açucareiro a partir da segunda metade do século XVI, quando a costa dos escravos, principalmente o reino do Doamé (atual Benin) começou a abastecer os engenhos da Bahia e Pernambuco, posteriormente abastecendo a região sudeste da mineração e da economia cafeeira. Nas palavras de padre Antonil (1837) “os escravos são as mãos, e os pés do senhor do engenho”. Esse momento marcou um processo de diáspora de africanos para América do norte, Caribe e América latina, trasladando segundo Heywood (2013). Aproximadamente 11 milhões africanos na condição de cativos. No Brasil, desembarcaram entre 5 e 6 milhões de africanos entre 1556 e 1850, o que alimentou um vasto comércio de escravos envolvendo na Europa, Portugal, Espanha, Inglaterra, França, Holanda, na América do Norte, Estados Unidos, na América Central, Caribe, México, Cuba, República Dominicana, Haiti, América do Sul, Brasil, Colômbia, Equador, Peru, Argentina, Uruguai como apontado por Gates Jr (2014).

2 USOS E POSSIBILIDADES DE ANÁLISE PARA A ESCRAVIDÃO EM ITAJAÍ-SANTA CATARINA

Para dar visibilidades a essas questões o projeto iniciou suas atividades no Centro de Documentação e Memória Histórica de Itajaí, da Fundação Genésio Miranda Lins (FGML). Nessa perspectiva, iniciamos uma pesquisa sobre a escravidão em Itajaí no século XIX, utilizando como fonte inventários e processo crime da Comarca da Paróquia do santíssimo Sacramento do Itajahy entre 1863-1887. O bolsista Diogo Pereira Ferraz iniciou a pesquisa de arquivo para desenvolver suas atividades na Escola de Educação Básica João Duarte em Itajaí.

Para análise do material, utilizamos como referência de análise histórico e metodológico, a perspectiva de Chalhoub (2009) ao trabalhar com processos crimes no Rio de Janeiro entre 1870-1888, sugerindo o método dedutivo para fazer uma releitura da escravidão nesse período. A busca dessas fontes é primordial para uma revisão da historiografia da cidade e do litoral catarinense, Silva (2015). Por isso é necessário rever a presença e as experiências dos afrodescendentes na região, revendo a cultura local, sua história e ressignificando esse contexto. Assim podemos pensar a partir de uma ideia de Diversidade.

Para Itajaí é paradigmático essa questão, a cidade durante a segunda metade do século XX, debruçou-se entorno do mito de criação de um marco fundante da cidade. Políticos, jornalistas e mesmo historiadores colocaram-se frente a esse debate ainda hoje sem grandes frutos colhidos.

A busca se fez desde a origem do nome Itajaí, até o fundador da cidade. Não é nossa intenção resolver essa questão, mas tentar apontar alguns caminhos possíveis para entendermos a cidade, não numa perspectiva inaugural ou fundadora, mas da diversidade.

Vamos encarar diversidade, desnudando-a de seu caráter político, ou como muitas vezes se mostra escorregadio e pantanoso devido ao uso genérico do termo. Vamos tratar diversidade partindo de um olhar acerca da constituição de uma cidade que sobretudo no século XIX, se constituiu a partir de diferentes grupos culturais e sociais, tendo como porta de entrada a Foz do Rio Itajaí Açu.

A escolha de estudar a diversidade a partir da escravidão, é muito simples, é o ponto de partida para dar visibilidade a uma questão ainda pouco estudada no

litoral catarinense e negligenciada pela história local tradicional da cidade. Ela pode ser o caminho para ressignificar o ensino de história nas escolas da região a partir do momento em que é possível trabalhar a trajetória afrodescendente em Itajaí, conhecendo histórias e relatos da cidade.

Ao percorrer o cotidiano de Itajaí na segunda metade do século XIX, nos deparamos com alguns silêncios, insistentes que persistem em forjar uma memória ausente de afrodescendentes e da presença de escravos em Itajaí. Mas, ao lançar a lupa sobre o papel, pois, sem lupa, é difícil decifrar os documentos quase desbotados pelo tempo e pelo indizível, ou seja, o não dito, se esvai da memória coletiva, esvaziando da história da cidade a vivência da escravidão, inscrita na cidade como em 04 de julho de 1863, quando Jacintho José Duarte vendeu por um conto de reis a Bento Malaquias da Silva sua escrava de nome Vitorina. A partir daqui podemos nos perguntar acerca da trajetória de Vitorina, qual foi seu destino quando da compra de Bento Malaquias. Seria Vitorina comprada para assumir as funções de cozinha? Para cuidar dos filhos de Bento Malaquias? Poderíamos encontrar Vitorina com uma trouxa de roupas sobre a cabeça, dirigindo-se a fonte ou ao rio para lavar as roupas da família Malaquias? (Fundo do cartório de Registro de Imóveis 1º Ofício de Itajaí, Livro 03, caixa 01, 1860-1865. Centro de Documentação e Memória Histórica de Itajaí).

Nas imprecisões do tempo podemos até nos perder nas torrentes de documentos esparsos, desbotados e empoeirados. O fato de poder dar visibilidade a Vitorina aponta a possibilidade de nos conduzir a uma cidade muito diferente da que estamos habituados a ver. É sabido que as escravas principalmente no espaço urbano eram responsáveis por toadas as tarefas domésticas como veremos a seguir.

No entanto, essas pistas vão revelando uma cidade onde a presença de escravos no cotidiano se fazia nas décadas que antecederam a abolição. Como em 17 de agosto de 1865, quando aportou em Itajaí o patacho (embarcação com dois mastros) Alice, com destino a Desterro (atual Florianópolis). Do navio desembarcou seu capitão em companhia do escravo Adão, que foi recolhido a cadeia pública da cidade aguardando seu dono vir buscá-lo. Adão chegou a Itajaí proveniente do Rio de Janeiro na época capital do império, suscitando outras questões, escravos chegavam a Santa Catarina vindos do sudeste, São Paulo ou Rio de Janeiro? Adão

teria desembarcado no Rio de Janeiro oriundo do continente africano? São questões que suscitam uma investigação mais apurada acerca do destino de escravos que desembarcaram em Santa Catarina na segunda Metade do século XIX. (Processo nº 168, de 1865, que se encontra no fundo judiciário do século XIX. Centro de Documentação e Memória Histórica de Itajaí).

Nos últimos anos da escravidão, encontramos fatos no mínimo curiosos, em Itajaí se encontrava a junta de classificação de escravos, onde os escravos da região eram registrados. Em 1882, Bernardino da Silva Ramos recebeu uma intimação assinada por Guilherme Asseburg, presidente da Junta de Classificação de escravos para dar testemunho de um pecúlio (poupança) que sua escrava Anna teria em mãos de um particular. Isso aponta caminhos interessantes, Anna deveria trabalhar com alguma atividade de ganho na cidade, pois, tinha acesso a dinheiro que conseguiu guardar. Estaria ela guardando dinheiro para comprar sua liberdade? Ou apenas confiou o dinheiro a alguém de sua confiança, para deixar o dinheiro longe das vistas de Bernardino da Silva Ramos? (Fundo da câmara Municipal de Itajaí, correspondências expedidas, caixa 01, 1882. Centro de Documentação e Memória Histórica de Itajaí).

Esses casos apontam um cotidiano da cidade onde a presença da escravidão nutriu a dinâmica da cidade, apontando a presença e a atividades de escravos na vida urbana. Cabe mergulhar nessas histórias ainda por serem contadas, para descortinar histórias enclausuradas no silêncio.

É possível romper o silêncio? Sim. Romper o silêncio é possível, dar visibilidade a experiência de afrodescendentes em Itajaí no século XIX é desafiador, porém, um caminho para entendermos a cidade na dimensão de um movimento onde desde o século XIX ela se fez a partir da diversidade. Vamos apontar alguns dados referentes ao movimento da população em Itajaí entre os anos 1860-1880, para percebermos essa diversidade presente na cidade.

Segundo o relatório do presidente da Província de Santa Catharina de 1854, a paróquia do Santíssimo Sacramento do Itajahy contava com uma população aproximada de 2.780 habitantes.

Tabela 1: População de Itajahi em 1854.

População de Itajahy em 1854

Brasileiros	Estrangeiros	Escravos
2.057	548	175
Total	2.780	

Fonte: Estimativa da população de Itajaí em 1854. Relatório do presidente da província de Santa Catharina em 1.º de março de 1855, p. 35. Disponível In: http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/santa_catarina acesso em: 04/05/2015.

Observamos que até 1872 os dados são inconsistentes tendo em vista as variações no contingente populacional entre esses períodos. Vejamos o relatório provincial de 1863, como ele descreve a população de Itajaí. É bom lembrar que o vice-presidente da província Francisco José d'Oliveira ressalta a falta de exatidão no recenseamento. “Não tenho por muito exato esse recenseamento nem algum se poderá confeccionar enquanto os elementos indispensáveis se não poderem sistemática e cuidadosamente corrigir (...)”. (Relatório do vice-presidente da província de Santa Catharina. 1864, p. 8).

O levantamento traz dados inconclusivos, para paróquia de Itajahy, 8.396 e uma população de 717 escravos. Lembramos que a paróquia de Itajahy nesse período compreende os atuais municípios de Camboriú, Penha, Brusque e Blumenau.

Em 1866, os dados apresentados apontam para a paróquia do Santíssimo Sacramento do Itajahy, uma população de 176 escravos e uma população total de 3.043 habitantes. Esse levantamento, podemos considerá-lo pouco conclusivo e inexato, foi organizado pela Secretaria de Polícia de Santa Catarina e assinado por Belarmino Peregrino da Gama e Mello.

O Censo de 1872, trouxe dados mais precisos pelo fato de ser o primeiro censo nacional e no caso de Itajaí podemos observar indicativos interessantes.

Tabela 2 - Dados referentes a Paróquia do Santíssimo Sacramento do Itajahy.

Ano	Branco	Pardos	Preto	Caboclo	Escravo
1872	5.772	242	184	48	501

Fonte: Censo brasileiro de 1872. Disponível. In: <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop72/index.html> acesso em: 20/10/2015.

A partir dos dados citados acima podemos observar alguns indicativos interessantes, a população total de Itajaí em 1872 é de 6.747 habitantes. Ao conferirmos o número de escravos na cidade, em comparação aos recenseamentos

anteriores ocorrem um aumento significativo da população escrava alcançando o número de 501.

Os habitantes relacionados como pardos, pretos e caboclos, foram classificados como livres. No entanto, um elemento cabe ressaltar, os três grupos podem ser relacionados com afrodescendentes e somada ao número de escravos chega a cifra de 975 habitantes, chegando a um percentual de 14,4% da população em 1872.

Esses números mesmo imprecisos até 1872, indicam um fator interessante na historiografia tradicional local e catarinense, no que se refere a escravidão e população escrava em Santa Catarina, de um decréscimo da população escrava em Santa Catarina a partir da década de 1870 devido a lei do Ventre Livre de 1871. Encontramos esse argumento em Cardoso (2000, p. 127) “A partir de 1872, começa o decréscimo do número absoluto e relativo dos escravos da Província”.

Não obstante, em Itajaí o que se pode observar é um aumento entre os anos 1860-1880 da população de escravos. Como vimos o censo de 1872 apontou 501 escravos na cidade e o relatório provincial de 1885 é apontado um total de 9.530 escravos na Província de Santa Catharina, em Itajaí foi apontado 548 escravos. O que podemos indagar é que até 1885 a população de escravos em Itajaí aumentou ao invés diminuir como argumentou Cardoso (2000).

A partir de 1886 a população escrava em Itajaí começa a sofrer um decréscimo, devido a aprovação da lei dos Sexagenários de 28 de setembro de 1885. Não que esse fator seja único, nos anos finais da escravidão havia o fundo de emancipação que subsidiava as indenizações para alforriar escravos.

Tabela 3 - População escrava de Itajaí por gênero

População Escrava em Itajaí 1886		Total
Masculino	Feminino	
278	246	524

Fonte: Relatório Provincial, 1886, p. 215. Disponível In: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/971/000215.html> acesso em: 14/10/2015.

O relatório provincial de 1887 apresenta uma queda acentuada na população escrava de Itajaí que passou a contar com 346 escravos. No relatório de 1º de setembro de 1888 é feita uma menção pelo presidente da província Augusto Fausto de Souza à abolição da escravatura em 13 de maio. “Nesta terra da pátria,

em que já não nasciam escravos, ninguém mais, também há de morrer escravo, graças ao glorioso ato de 13 de maio deste ano!” (Relatório Provincial. 1888, p. 5. Disponível In: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/973/> acesso 11/11/2015).

Os dados referentes a população escrava em Itajaí nos dão subsídios para pensar, como a cidade se constituiu, antes mesmo da sua elevação a município em 1860, num espaço da diversidade étnico e sobretudo cultural. Por isso, estamos analisando os inventários e processos para poder Compreender a dimensão social e cultural dessas populações em Itajaí. Qual o movimento de libertos, dos chamados pretos e pardos livres? Como circulavam pela cidade os escravos? Que profissões ocupavam? Vejamos o que estamos encontrando acerca da investigação de recibos de compra e venda de escravos em Itajaí entre 1860-1880. O ano de 1864 iniciou-se com negociações de escravos na cidade de Itajaí, Antônio Pereira Liberato comprava de Serafim Vieira da Silva o escravo Francisco, denominado como pardo, foi comprado no dia 22 de janeiro de 1864. As atividades desenvolvidas por Francisco ainda estamos investigando, a documentação é escassa, é uma “caçada” por indícios que possam dar sentido ao cotidiano da cidade e as vidas dos escravos na cidade. (Fundo: Cartório de Registro de Imóveis – Primeiro ofício de Itajaí Série: livro 003 Caixa: 01 Ano:1863/1864, p. 32. Centro de Documentação e memória Histórica de Itajaí).

Algumas atividades foram elucidadas, em Itajaí os escravos atendiam a atividades na agricultura, atividades manuais no espaço urbano bem como 10 marinheiros descritos no censo de 1872 e citado por Silva e Costa (2010). Em 1864, a família Liberato continuou adquirindo escravos, no dia 22 de novembro foi a vez do escravo Jorge, denominado crioulo ser vendido por Fernando Antônio de Miranda a José Pereira Liberato. (Fundo: Cartório de Registro de Imóveis – Primeiro ofício de Itajaí Série: livro 004 Caixa:01 Ano:1864/1865 p. 18. Centro de Documentação e memória Histórica).

Se os destinos de Francisco e Jorge se cruzaram, não sabemos se foram trabalhar nas terras de José Pereira Liberato, estamos investigando. Esse indício pode apontar a presença de escravos nesse período no atual bairro Dom Bosco, na localidade Rio Pequeno, onde estava parte das terras da família Liberato.

Esses documentos nos dão indicativos do trânsito de escravos em Itajaí e dos lugares que eles ocupavam na cidade, além das famílias proprietárias de

escravos na região. Lembramos que no mesmo ano de 1864, João da Silva Mafra vendia seu escravo denominado crioulo de nome Braz, para João José Werner. (Fundo: Cartório de Registro de Imóveis – Primeiro ofício de Itajaí Série: livro 003 Caixa:01 Ano:1863/1864 p. 30. Centro de Documentação e Memória Histórica).

No caso de Braz um aspecto é que ele é citado como crioulo, essa expressão era utilizada para escravos nascidos no Brasil, a família Werner era proprietária de terras onde se localiza atualmente o bairro Cidade Nova isso nos dá um indicativo interessante do local onde escravos como Braz pode ter vivido. Além do que possibilita um revisitar da cidade de Itajaí, remodelando uma visão acerca da cidade e de sua formação cultural e social.

Esse olhar é um passo significativo para levarmos essa leitura às escolas, com a perspectiva de trabalhar Diversidade Étnico-racial, a partir do reconhecimento do nosso lugar como um espaço circunscrito na diversidade de culturas. Essa diversidade é possível ser lida a partir da escravidão, com as heranças do trabalho escravo, suas significações e representações, como o inscrito no trabalho doméstico.

3 O TRABALHO DOMÉSTICO COMO LUGAR DE MEMÓRIA

Em 1988 ocorreram as comemorações do centenário da Abolição da escravatura, o que produziu um debate relacionado a negritude, um passado escravocrata, a emergência de pensar a condição da população afro-brasileira, o combate a práticas racistas e passando pelo debate da construção de uma consciência negra. A eminência dos debates acerca da abolição, a circulação de publicações e as ações do movimento negro, apontam um percurso transcorrido na ressignificação da cultura africana e uma evidenciação dos processos de preconceito.

Ao investigar as edições da revista *Veja* da editora Abril no decorrer do ano de 1988, permite a visualização de um quadro da condição racial brasileira retratada em escalas cinzentas e desfocadas do preconceito racial. No dia 23 de março, quando o outono fazia seus primeiros ensaios do ano de 1988, eis que publicava a revista *Veja*: “Nada Pelo Social”, fazendo menção satírica do slogan do governo José Sarney “Tudo Pelo Social”. A matéria trazia a seguinte nota: “Para

Mostrar a uma empregada doméstica onde é o seu lugar, um síndico do Leblon resolve prendê-la dentro de um elevador” (Revista Veja 23/03/1988, p. 98).

No desenrolar da matéria, a princípio descrevendo o caso de preconceito ocorrido no Rio de Janeiro, envolvendo Vera Lúcia Ferreira da Silva, empregada doméstica e Gildo Rodrigues síndico de um edifício no Leblon, Rio de Janeiro. Essa matéria demonstra uma demanda social e política emergente no ano do centenário da abolição da escravatura, que passava pela revisão dos processos de desigualdade produzidos pelo regime escravocrata, pela revisão literária e historiográfica, indicando uma revisão da problemática da democracia racial.

Então 1988, pode ser visto como um momento de rever as tensões produzidas pelo processo escravocrata e indagar acerca do preconceito racial e das práticas de racismo, adormecidas sobretudo nos subterrâneos de regimes autoritários como o Estado Novo (1937-1945) e Regime Militar (1964-1985). Essas questões começam a ser tratados pela imprensa de circulação nacional e casos como de Vera Lúcia estampam as páginas de revistas e jornais.

No caso de Vera Lúcia, aquilo que poderia se tornar mais um dia de trabalho no cotidiano de uma doméstica, ao chegar no prédio em que trabalhava foi surpreendida pela manutenção do elevador de serviço, para não chegar atrasada embarcou no elevador social. Antes que chegasse a seu destino, foi surpreendida por Gildo Rodrigues, síndico do edifício, proibindo-a em usar o elevador social e determinando que subisse os seis andares até o apartamento onde trabalhava pelas escadas.

Segundo Paulo Moreira Leite, articulista da matéria publicada em *Veja*, Vera Lúcia representa “um passado que persiste. Pode-se pensar que o problema de brasileiros e brasileiras, como Vera Lúcia reflete, uma questão única – a discriminação racial”. (Revista *Veja* 23/03/1988 p. 99). Nesse momento, não apenas os casos de preconceito racial ganham contornos nas páginas de *Veja*, mas, sobre a temática do trabalho doméstico em 1988 começavam a tramitar projetos de lei para formalizar a profissão de doméstica, gerando opiniões conflitantes acerca dos direitos que viriam a ser conquistados pelas domésticas.

As interrogações levantadas acerca das domésticas em 1988 e as denúncias de discriminação racial, compõe um campo de discussão ou melhor, de revisão das práticas de preconceito e racismo no Brasil. Desde a segunda metade

do século XIX, sobretudo com a lei de proibição do tráfico de escravos para o Brasil, iniciou-se um debate político entre o norte e sul brasileiro sobre o tráfico e comércio interprovincial de escravos no Brasil, inserindo a questão da imigração como tema da transição do trabalho escravo para o trabalho livre como sugere Mello (1999).

Essa questão em particular, merece atenção por ser um período pouco estudado da história catarinense e muitas vezes subvalorizado devido a representação constituída para o período, acerca do fluxo de imigração europeia e sua relação com a ideia de uma identidade sulista a partir dos símbolos do trabalho, senso capitalista e germanismo da identidade catarinense Frotscher (2007). Na segunda metade do século XIX, até as primeiras décadas do século XX, a noção de Sul e Norte no Brasil era diferente da que conhecemos atualmente, o norte era constituído pelas atuais regiões Norte e Nordeste e o Sul pelas regiões Sudeste e Sul Albuquerque Júnior (2012).

Durante o período escravocrata, as atividades voltadas ao conhecimento técnico relacionado ao mundo do trabalho eram voltadas aos cativos, os trabalhos manuais, domésticos e mesmo denominados braçais eram quase exclusivamente exercidas por escravos. Nesse sentido, o mundo do trabalho no Brasil entre o século XVI e XIX e as relações sociais constituídas nesse período passaram pela instituição dessa forma de trabalho.

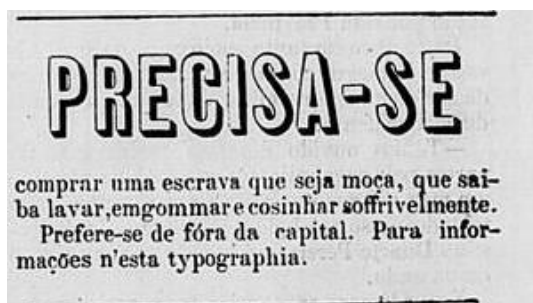
O trabalho doméstico foi constituído como elemento constitutivo da sociedade escravocrata, como instituto de distinção social e desigualdade marcante entre as elites coloniais e os que compunham o lugar do trabalho. Podemos inferir nas pesquisas realizadas durante o ano de 2015, o lugar social do trabalho e a relação entre trabalho doméstico e escravidão, quando percorremos as páginas dos jornais de Desterro (atual Florianópolis) entre os anos 1849-1888. Ano que precede a proibição do tráfico de escravos para o país e 1888 ano que marca o fim do sistema escravocrata.

Os jornais estão nos apresentando indicativos, dos processos de percepção do trabalho doméstico, como ele era representado pelos jornais, como esses jornais construía um perfil da doméstica que se oferecia em anúncio ou procurava.

O Jornal Conciliador Catharinense, trazia em seus anúncios da edição do dia 14 de julho de 1849 o seguinte anúncio, “Vende-se uma escrava crioula com 23 anos de idade, sadia, sabe bem coser, lavar, engomar, cozinhar, e todo mais serviço de uma casa de família, quem a quiser comprar, dirija-se a Rua Aurea, casa n.11, que achará com quem tratar.” (Jornal Conciliador Catharinense. 14/07/1849, nº 20).

Deste ponto em diante a observam-se dois aspectos no que tange a profissão de domésticas, o primeiro é uma profissão que remonta ao período escravocrata, todo trabalho do espaço privado era realizado por escravas nas famílias mais abastadas. Segundo, os anúncios localizados em jornais da cidade de Desterro (atual Florianópolis) da segunda metade do século XIX, nos dão a noção de uma série de tarefas realizadas por escravas.

Figura 1 – Anúncio de compra de escrava



Fonte: Jornal A Regeneração, Desterro, 23.09.1868, P.04.

Talvez na Desterro da segunda metade do século XIX, conseguir uma escrava para o trabalho doméstico fosse algo nada fácil de fazer, a palavra soffrivelmente pode nos indicar essa condição. Mesmo porque desempenhavam função primordial na sociedade catarinense da segunda metade do século XIX, visto que as cidades do litoral catarinense continham um contingente, populacional escravo interessante de se analisar como vimos anteriormente.

Dois anúncios saltam aos olhos quando nos deparamos com eles, o primeiro é relativamente “conhecido” por se tratar de um anúncio de ama de leite, o segundo trata de um anúncio feito pelo senhor Antônio Luiz Cabral, proprietário de uma padaria situada na rua do Príncipe (hoje rua Conselheiro Mafra). No centro da Desterro de 1849, a “padaria do Cabral”, chamaremos assim, anunciava nas páginas do Conciliador Cataharinense a seguinte oferta. “Aluga-se uma escrava, boa cozinheira, que lava e engoma bem, e um moleque igualmente bom cozinheiro

de forno e fogão, quem precisar, dirija-se a padaria do Snr. Cabral, Rua do Príncipe, nº 88.” (Jornal Conciliador Catharinense. 03/10/1849, nº 43).

Antônio Luiz Cabral parecia ávido em colocar alguns de seus escravos para aluguel, observe que as características da vida doméstica, os “dotes culinários”, lavar engomar etc. eram requisitos para adquirir, vender ou alugar mão-de-obra escrava feminina na segunda metade do século XIX. O núncio ainda oferta um menino sem referir-se à idade apenas identificado como “moleque” e evidenciando seus “dotes” de “forno e fogão”.

O que Cabral planejava para esses dois escravos não podemos definir, mas indicam uma prática que era o uso de mulheres e crianças na condição de escravos em atividades domésticas ou mesmo, no caso da padaria para o trabalho no estabelecimento, como limpeza e mesmo em alguns casos na panificação. Na mesma edição Antônio Luiz Cabral anunciava o aluguel de uma ama de leite, ressaltando suas qualidades com as crianças. “Na Rua do Príncipe, nº 88 padaria do Snr. Antônio Luiz Cabral, aluga-se uma ama de leite, muito sadia e carinhosa que sabe muito bem tratar de crianças, a quem convier procure a rua e nº acima.” (Jornal Conciliador Catharinense. 03/10/1849, nº 43).

O carinho e o trato com as crianças é um requisito presente em anúncios referentes ao trato de escravas com crianças, não podemos deixar de lembrar que o século XIX é determinante na constituição de uma “mentalidade” infantil como sugere Ariès (1981) e um investimento no campo da leitura e literatura infantil se constitui a partir da segunda metade do século XIX, ainda sobre o aspecto do brincar e da brincadeira Benjamin (2010).

Esses requisitos são encontrados em diversos anúncios como no jornal O despertador em 1863 quando Domingos Gonsalves Leitão anunciou a venda de uma de suas escravas. “Vende-se uma escrava parda de 25 a 30 anos de idade, sadia e sem vícios, lava, engoma e cozinha perfeitamente, é muito carinhosa para crianças; quem pretender dirija-se a rua do Príncipe nº 47 para ver e tratar com Domingo Gonçalves Leitão”. (Jornal O despertador Desterro, 27.02.1863 P.08).

O cuidado com as crianças era uma exigência mesmo quando o anúncio procurava uma “criada” livre para as tarefas domésticas de uma família na Desterro dos anos 1860. “Precisa-se de uma criada livre, que lave e engome e saiba cuidar

de crianças. Tratar na rua do Príncipe n. 130”. (Jornal O despertador Desterro, 06/03/1863).

A rua do Príncipe parece concentrar o comércio de escravos em anúncios de jornais em Desterro entre 1849-1860, ponto em que a pesquisa se encontra. Nem tudo era mansidão e cuidados carinhosos com as crianças, encontramos momentos em que o silêncio foi rompido, como o dia que a escrava Maria denominada como crioula, juntou seu tabuleiro de doces e sumiu, foi vista circulando pelo Estreito, aliás já havia passado do local.

Ana Brígida Custódio de Jesus reclamava sua falta Ana na edição de 24 de fevereiro de 1865 do jornal O Despertador. Após uma descrição física da escrava, o anúncio evidenciava, (...) levou vestido de chita e xales velho branco com flores soltas (...) quem a apreender e entregar ao abaixo assinado será gratificado”. (Jornal O Despertador. Desterro, 24/02/1865, p. 4).

O espaço de trabalho feminino se mostrava em desterro um espaço diverso, tenso e permeado de contradições, onde as mulheres das famílias mais abastadas da capital empederniam-se no espaço do lar, Pedro (1994) escravas granjeavam as tarefas domésticas e ocupavam o espaço público em atividades como vendeiras de tabuleiro, lavadeiras etc. Cabral (1979). Essas condições apontam para a percepção ou representação do trabalho doméstico, como subvalorizado no Brasil, acredita-se que o descrédito está relacionado ao passado escravocrata.

Para elucidarmos essa questão estamos adentrando no campo da memória através da metodologia da História Oral, a partir das orientações de Thompson (1995). Também no campo da memória Bergson (1997), Bosi (1991) nos dão subsídio para trabalhar com a memória, ainda nessa questão estamos trabalhando com Maluf (1995), para trabalhar especificamente com a memória feminina.

A bolsista Katrine Flor Assunção e Vitor Matheus Berardi Chiniski, estão fazendo o levantamento de anúncios de escravos nos jornais de Desterro entre 1849-1880 e realizando entrevistas com empregadas doméstica, a princípio da região de Tijucas/SC. O que vamos relatar é o resultado parcial das entrevistas realizadas até o momento.

Nas memórias acerca do trabalho de empregada doméstica, as lembranças evocadas são uma confluência de experiências que percorrem um caminho da ausência, do preconceito e da desvalorização. Essas questões passam pelo não

reconhecimento do trabalho doméstico como profissão, com a manutenção de uma hierarquia social herdeira dos séculos de sociedade escravocrata.

Esses elementos estão presentes nas memórias de Fátima Santana encontramos alguns elementos para problematizarmos o olhar da doméstica frente sua profissão e o olhar acerca das famílias e patrões.

O serviço de empregada doméstica é muito injusto e sofrido, porque ninguém te valoriza, os patrões pensam que o nosso trabalho é fácil e não querem pagar muito, não querem assinar carteira, nem dar férias e ainda exigem nós moremos no serviço. Eu tive várias experiências, algumas boas e outras muito ruins, então eu sei do que eu estou falando quando digo que nós somos desvalorizadas, que o governo não nos vê, mas como podem? Se até as pessoas que nos contratam não nos enxergam como pessoas? (Fátima Santana, entrevista realizada em 14/10/2015).

Nas lembranças de Fátima Santana, a desvalorização do trabalho doméstico é a tônica, como a representação do trabalho manual, foi desqualificada no Brasil, devido ao passado escravocrata e do preconceito construído acerca do escravo e das narrativas construídas sobre o negro e africano desde o século XVI como sugere Bosi (1993). O trabalho doméstico constitui esse espaço advindo do trabalho escravo como vimos anteriormente ele também estabelece uma relação de poder e de disciplinamento como sugerido por Foucault (2006), quando trata das tecnologias de disciplinamento como forma de exercício de poder, operadas dentro de uma sutileza.

A disciplina 'fabrica' indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. Não é um poder triunfante que, a partir de seu próprio excesso, pode-se fiar em seu superpoderio; é um poder modesto, desconfiado, que funciona a modo de uma economia calculada, mas permanente. (FOUCAULT, 2006, p. 143).

A disciplina se faz presente na fala de Cláudia Andrade, relatando sua experiência cotidiana como doméstica em casa de famílias mais abastadas, a disciplina e uma hierarquia de classe, fica evidente em sua fala.

Nós que somos pobres e trabalhamos em casa de rico sabemos desde o nascimento que não se pode fazer isso, é errado. Muitas vezes eu tive vontade de mergulhar na piscina durante o verão, mas eu não posso, se fizer isso sou demitida por justa causa e eu concordo com isso, a casa não é minha para eu usar das coisas. (Cláudia Andrade, entrevista realizada em 12/10/2015).

Disciplina e hierarquia estão presentes nas memórias de Cláudia e Fátima, correspondendo aquilo que Halbwachs (1990) denominou como memória coletiva, as lembranças individuais constituem uma memória coletiva acerca do trabalho e

das relações sociais presentes nela. Cláudia também ressaltou o papel do trabalho e como ele é percebido.

Por mais que você trabalhe em uma família boa como a que eu trabalho, ganhe um salário bom, é muito difícil. Você se sente inferior quando está com os seus patrões.... Eu não sei que sentimento é esse, mas eu me sinto inferior de algum jeito. O trabalho é duro porque é braçal, mas eu já trabalhei em uma fábrica então posso dizer que não é pior. A empresa doméstica hoje no Brasil ainda é muito pouco valorizada, o que eu acho uma vergonha, porque nós somos as pessoas que cuidamos do lar e do filho dos outros ao invés de cuidarmos dos nossos. (Cláudia Andrade, entrevista realizada em 12/10/2015).

Claudia, assim como inúmeras outras mulheres, já trabalhou sem carteira assinada. No caso dela, a limpeza era feita na casa de uma prima, que não considerava aquele um trabalho como outro qualquer, por conta disso, nunca levou a sério os seus direitos.

Ela se recusava a assinar a minha carteira, porque dizia que o serviço que eu estava fazendo não era necessariamente um trabalho como outro qualquer, pois ela não tinha como cuidar da casa e eu estava desempregada, então não custava nada eu ajudar ela a limpar a casa. (Cláudia Andrade, entrevista realizada em 12/10/2015).

As representações produzidas acerca da profissão de empregada doméstica parecem estar longe de receber reconhecimento perante a sociedade, mesmo que uma jurisdição recente obrigue vínculo trabalhista. Essas representações são permanências oriundas do período escravocrata e persistem em estar presentes no cotidiano, parece que casos como o de Vera Lúcia em 1988 descrito anteriormente ainda pulsam nas relações cotidianas que envolvem o trabalho doméstico.

4 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2015

Na escola João Duarte o bolsista Diogo Pereira Ferraz desenvolveu atividades relacionadas a temática Diversidade Étnico-Racial com aluno do EJA (Educação de Jovens Adultos). Nessas atividades abordou a formação étnica e cultural da cidade, organizando uma saída técnica, visitando o Museu Étnico-Arqueológico de Itajaí, situado no bairro Itaipava.

Nessa visita foi possível problematizar a história da cidade através do olhar de um museu, como ponto de partida para problematizar as questões de diversidade, escravidão em Itajaí e Santa Catarina. Foi uma oportunidade de

apresentar aos alunos um outro olhar acerca da cidade, e problematizar o museu como lugar de memória como sugere Nora (1993).

Figura 2 – Visita ao museu Étnico-Arqueológico de Itajaí



Fonte: Registro nosso, 2015.

Realizou-se também um Varal Literário, com a temática Diversidade Étnico Racial, onde foi trabalhado a produção textual em prosa e verso, abordando questões como preconceito, racismo, identidade, diversidade e cultura plural. No processo foi utilizado arte para composição e fotos relativas a escravidão e ao papel do afrodescendente.

Figura 3 - Varal Literário realizado na Escola de Educação Básica João Duarte



Fonte: Registro nosso, 2015.

Outras atividades foram realizadas pelo projeto no decorrer do ano como jogos e brincadeiras da cultura afro-brasileira em parceria com a disciplina de Educação Física. Nessas brincadeiras foi possível ressignificar alguns elementos do ensino de História e repensar a ausência do lúdico no Ensino Fundamental e os efeitos dessas atividades numa turma de EJA.

O intuito de trabalhar a interdisciplinaridade entre História e a Ed. Física entre as brincadeiras realizadas destacamos a brincadeira de origem nigeriana chamada “meu querido bebe”.

O jogador que representa o “bebe” se deita no chão e os outros jogadores desenham o seu contorno. O “bebe” se junta aos demais jogadores, o jogador que saiu volta e tenta determinar quem é o “bebe”, baseado no contorno desenhado, se acertar pontua e continua em nova rodada. Caso contrário outro assumirá o seu lugar.

Figura 3 - Brincadeira “O Meu Querido Bebe



Fonte: Registro nosso, 2015.

Essas atividades possibilitam redimensionar a forma de ensinar História e auxiliam na problematização da temática Diversidade Étnico-Racial nas escolas. Na E.E.B. João Duarte conseguimos observar o desenrolar dessa abordagem no envolvimento dos alunos e demais professores da escola.

No mês de novembro recebemos dois novos bolsistas, Katrine Flor Assunção e Vitor Matheus Berardi Chiniski, ambos iniciaram um trabalho de levantamento da História e memória a partir da metodologia da História Oral, trabalhando com anúncios de trabalho escravo feminino na Desterro do século XIX e com entrevistas com domésticas como problematizado acima.

Os bolsistas do projeto estarão trabalhando no próximo semestre para a organização desse material para a produção de um material didático a ser aplicado na E.E.B. João Duarte.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As problemáticas levantadas pelo projeto durante o ano de 2015, possibilitaram descortinar aspectos da história local ainda obscurecidas em Itajaí e mesmo no litoral catarinense. Trazer essas histórias ao debate e a produção acadêmica é um passo importante para a construção de uma sociedade mais justa do ponto de vista social.

Abordar as temáticas de escravidão e população escrava em Itajaí na segunda metade do século XIX, compreende um passo importante na produção historiográfica local, além de possibilitar a abordagem da temática Diversidade Étnico-Racial, podemos fazer isso a partir de uma perspectiva pouco conhecida em Itajaí, a escravidão na segunda metade do século XIX.

Levar essa temática para o campo do ensino fundamental possibilita novos olhares no ensino de História e um ajuste de contas com o passado, soterrado por uma história oficial que relegou as experiências da população afrodescendente em Itajaí num plano invisível. Trabalhos como esse podem responder a um passado silenciado, dar outros encaminhamentos a uma história contada apenas por uma única via.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Preconceito Contra a Origem Geográfica e de Lugar: as fronteiras da discórdia**. São Paulo: Cortez, 2012.

ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil, por suas drogas e minas**. Rio de Janeiro: Souza e Companhia, 1837.

BERGSON, Henri. **Matéria e Memória**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Cia das letras, 1992.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembrança de Velhos**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1991.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Nossa Senhora do Desterro: notícia**. Florianópolis: Lunardelli, 1979.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas**. Florianópolis: Insular, 2000.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

COSTA, Moacir da, SILVA, José Bento Rosa da. **Negros em Itajahy: da invisibilidade à invisibilidade. Mais de 150 anos de História**. Itajaí: Casa Aberta, 2010.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1966.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 2006.

FROTSCHER, Mèri. **Identidades Móveis: práticas e discursos das elites de Blumenau (1929-1959)**. Blumenau: Edifurb, 2007.

GATES JR, Henry Louis **Os Negros na América Latina**. São Paulo: Cia das Letras, 2014.

HEYWOOD, Linda M. (Org.) **Diáspora Negra no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

MALUF, Marina. **Ruídos da Memória**. São Paulo: Siciliano, 1995.

MELLO, Evaldo Cabral. **O Norte Agrário e o Império 1871-1889**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

PEDRO, Joana Maria. **Mulheres Honestas e Mulheres Faladas: uma questão de classe**. Florianópolis: Ufsc, 1994.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Cia das letras, 2010.

SILVA, José Bento Rosa da. **Cenas da Escravidão e Pós-abolição no Brasil Meridional (SC: 1791-1891)**. Itajaí: Casa Aberta, 2015.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado**. Cia das Letras, 1995.

UEHARA, Helena M. **Personalidades Afro-brasileiras e Indígenas**. São Paulo: Ideia escrita, 2008.